

## Exame de Direito Comercial I – Noite – 15 de janeiro de 2015

### Breves tópicos de correção

#### I.

1. Situação do problema no quadrante temático da distribuição comercial. Qualificação do contrato de franquia. Elementos do tipo social. O problema do regime aplicável a contratos de distribuição legalmente atípicos. Caracterização da franquia em concreto, com indicação dos elementos do caso. A diferenciação entre a franquia e a agência e os elementos de proximidade entre tipos. O regime da LCA e a polémica em torno da suscetibilidade de atribuição de uma indemnização de clientela no contrato de franquia. Natureza da IC. O quadro funcional de direitos e deveres do franqueador e do franqueado. Argumentos em favor de uma analogia e argumentos em favor da exclusão da mesma, em particular o argumento da “força atrativa da marca”. Posições na doutrina e posições na jurisprudência. Considerando-se que o tipo social franquia é, em abstrato, permeável à aplicação analógica do regime da LCA, haveria que examinar ainda três problemas (i) os requisitos da IC e os elementos do caso concreto (ii) verificação, em concreto, de elementos analógicos (iii) o problema da suscetibilidade de IC em caso de não renovação do contrato de agência e a sua transposição para domínios afins.
2. Identificação e caracterização geral do estabelecimento comercial. O âmbito mínimo do estabelecimento comercial. No caso concreto: haveria ainda um EC? Qualificação do negócio projetado: um trespasse de EC, concretizado através de uma compra e venda? Argumentos a favor e argumentos contra. O problema do esvaziamento do EC e da descaracterização do trespasse. O peso da inexistência da franquia, da marca e do fabrico de gelados. O regime jurídico-civil do trespasse de estabelecimento comercial em prédio arrendado e os limites da regra da dispensa de autorização do senhorio. A falta de elementos do âmbito mínimo como descaracterização do trespasse e as consequências da mesma na relação entre senhorio e locatário.
3. Caracterização do contrato de mútuo celebrado entre o particular e o banco. As perturbações do cumprimento do contrato de mútuo e os meios de reação do credor perante a mora e o incumprimento definitivo. A pretensão de exigibilidade antecipada do banco e o seu enquadramento jurídico-normativo no Código Civil, com indicação da especialidade da relação obrigacional bancária. Em particular, o problema da exigibilidade antecipada de juros remuneratórios vincendos. O AUJ de 25.03.2009 e a sua receção no direito bancário. A comissão de penalização e o regime moratório especial do Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 de maio.
4. Caracterização da letra de câmbio, da posição do banco e do conteúdo da vinculação dos obrigados cambiários. O sistema de exigibilidade da letra como sistema próprio e a relevância do vencimento no âmbito da LULL. Os

direitos do portador. Meios de reação do banco e caracterização dos termos da vinculação cambiária de C e G e da posição destes perante a reação do banco no âmbito da LULL. O pagamento, as perturbações da falta de pagamento, o protesto e a sua relevância funcional e as ações cambiárias.

## II.

1. Breve caracterização do negócio de cessão de exploração de EC enquanto contrato comercial legalmente atípico. Elementos de proximidade e elementos de diferenciação perante o negócio jurídico-civil locatício “puro”. Breve caracterização da ONC no direito comercial, em geral e nos negócios sobre EC em particular. Distinção entre obrigação implícita de não concorrência e obrigação convencional de não concorrência e distinção entre ONS contratual e pós-contratual. A obrigação de não concorrência do cedente enquanto exigência da regular fruição do bem. Limites da ONC. O poder-dever de exploração do cessionário e a sua esfera de atuação. Uma obrigação implícita de não concorrência do cessionário? Argumentos a favor e contra. A possível inexistência de uma ONC, com enquadramento do problema da desvalorização do EC no quadro das perturbações do cumprimento da obrigação restitutória do cessionário.
2. Enquadramento da relação bancária entre um banco e um não consumidor. Breve caracterização da taxa de juro. Distinção entre juros moratórios e juros remuneratórios. O regime do juro do Decreto-Lei n.º 58/2013. O quadro geral da estabilidade contratual e do respeito pelas promessas realizadas e a alteração unilateral dos contratos. O quadro normativo e regulatório da alteração unilateral de taxas de juro nos contratos com consumidores, em particular as boas práticas fixadas pela Carta Circular n.º 32/2011 do BP. A extensão do núcleo normativo das boas práticas problema aos contratos com empresas na Carta Circular.
3. Caracterização da firma como sinal distintivo do comércio e nome do comerciante. A firma como obrigação do comerciante de acordo com o Código Comercial. A firma-nome e a firma-denominação. Funções distintivas da firma. O regime jurídico do RNPC. O conteúdo funcional da firma. O direito ao uso exclusivo e os efeitos da titularidade da firma. Os princípios gerais, em particular novidade e confundibilidade, a transmissibilidade da firma e a perda da firma. Alusão à natureza jurídica da firma no quadro normativo acabado de descrever.